Secretaria Municipal de Desenvolvimento (do laço) Social
Programas e Projetos da Prefeitura de Belo Horizonte

Secretaria Municipal de Desenvolvimento (do laço) Social
Programas e Projetos da Prefeitura de Belo Horizonte

Rosana Baccarini

Belo Horizonte, já há muito tempo, principalmente durante as duas últimas gestões da Prefeitura de Belo Horizonte, tem, na comunidade analítica, colaboradores em várias áreas e níveis da administração do município: na saúde, saúde mental, nas políticas sociais, e, até, no que diz respeito à política mesma. O saber que a Psicanálise constrói serve de aporte e subsídio para o enfrentamento de muitas questões que surgem nesta - como também na nossa - tarefa impossível: a de governar.

Aqui, membros de várias instituições psicanalíticas participam de programas desenvolvidos pela Prefeitura, o que também contribui, em contrapartida, para o avanço do movimento psicanalítico, propiciando o debate a céu aberto sobre a prática e os rumos da psicanálise, que é chamada a opinar e a se posicionar diante dos problemas sociais cada vez mais graves, principalmente nas grandes cidades.

O discurso capitalista, dominante na contemporaneidade, produz efeitos que, nas camadas mais pobres da população, parecem ser ainda mais avassaladores. Intervir nessa realidade com programas e projetos que não levem em conta esta dimensão tem por efeito produzir pouco ou nenhum resultado, sobretudo quando as questões a serem tratadas apresentam outros agravantes além da miséria - ainda que esta propicie seu aparecimento -, como nos casos de delinqüência, violência, uso abusivo e tráfico de drogas, alcoolismo, enfim, quando está em questão o esgarçamento do tecido social, onde irrompe o real do gozo, com suas incidências na comunidade e em seus grupos.

Ao direcionar para um público-alvo uma política social - população de rua, famílias que vitimizam suas crianças, adolescentes em conflito com a lei, meninos de rua...-, é preciso que se leve em conta também o particular, o caso a caso - aquela família, e cada um de seus integrantes, este menino que está na rua, aquele adolescente que praticou um ato infracional -, pois o ingresso em um programa, voluntária ou compulsoriamente, se faz um a um. Além de cuidar da dimensão macroeconômica, política ou social, o cotidiano de grande parte desses programas e ações, no que se refere ao trabalho de ponta, na linha de frente, requer, então, no trabalho caso a caso com os integrantes desses públicos-alvo, algo que empresta o saber fazer da clínica.

Pode-se dizer que o grande mérito da PBH, sobretudo a partir do período mencionado, foi considerar os problemas sociais nessa perspectiva mais ampla, que inclui a dimensão do singular, do um a um, o que aponta, também, para a dimensão de processos, percursos - onde cabe a repetição, o retorno à situação anterior, o fracasso e o recomeço, possibilitado pela introdução de um agente que se proponha a estabelecer um laço estável com quem se dispor a ingressar nesses programas e ações.

Assim, programas dirigidos a adolescentes com trajetória de rua ou que praticaram atos infracionais, a crianças vítimas de abuso sexual e violência doméstica, à população de rua, dentre outros, estruturam-se levando em conta esta dimensão, o que tem por conseqüência apresentar resultados bem satisfatórios, além de possibilitar a construção de parâmetros e indicadores para avaliação dessas políticas e ações mais adequados, o que permite a desidealização e desimaginarização quanto aos resultados que se pretende obter.

Seguindo esta linha de trabalho, através de parcerias e de forma integrada com diferentes órgãos municipais, a SMDS coordena e supervisiona programas a cargo de equipes interdisciplinares, que trabalham de forma articulada, nas seguintes áreas:

-Atendimento à criança de 0 a 6 anos - educação infantil;

-Atendimento à criança de 7 a 14 aos - socialização Infanto-Juvenil;

-Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica, abusos e abandono;

-Atendimento a crianças e adolescentes com trajetória de rua (Programa Miguilim);

-Formação Profissional, Geração de Trabalho e Renda;

-Atendimento à 3a idade e ao idoso;

-Atendimento aos portadores de deficiência;

-Apoio e orientação sóciofamiliar - Programa de Famílias;

-Assistência social básica ou atendimento emergencial;

-Programas voltados para a população de rua.

Destes, destacamos, por apresentarem esta especificidade, a de lidar necessariamente com a dimensão do particular de cada caso:

Programa Miguilim

Dirigido a crianças e adolescentes com trajetória de vida na rua, estrutura-se enquanto um fluxo, um pano de fundo, um trajeto para o qual a criança e o adolescente são convidados a trilhar - e, com a oferta pretende-se criar a demanda de algo mais que o atendimento de necessidades imediatas, e estabelecer um laço mais estável com um educador de referência, que passa a acompanhá-los nesse percurso - da abordagem feita na rua (com a oferta, cria-se a demanda) ao encaminhamento a centros de passagem (casas onde residem até 12 adolescentes, por um período de três meses), quando se realiza o estudo de caso e são avaliadas as possibilidades de retorno à família ou ingresso em alguma casa mantida por entidades conveniadas à PBH. Mesmo depois de feito esse encaminhamento, a probabilidade de retorno à rua, com rompimento desses laços recém-restabelecidos ou criados é muito alta, e está prevista nesse percurso, podendo-se dizer, talvez, que são nas passagens pelo programa repetidas vezes que um laço mais consistente vai sendo construído, e é o que favorece o êxito do programa, que visa acolher, um a um, esses meninos e meninas organizados em bandos. O Miguilim já existe há vários anos, e apesar de resultados nem sempre visíveis facilmente na cidade - pois o capitalismo não cessa de excluir e propiciar o rompimento dos laços familiares de número sempre crescente de crianças e adolescentes -, conseguiu a estabilização do fluxo de meninos e meninas na rua, que gira em torno de 100 (cem).

Programa de Famílias

O Programa de Famílias é a retaguarda na aplicação de medidas definidas pelos Conselhos Tutelares (Conselhos que zelam pelo cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente) para famílias com episódios de violações aos direitos da criança e do adolescente, como a violência doméstica, inclusive sexual. Constatada a ocorrência de violência doméstica contra a criança ou o adolescente, o Conselho Tutelar pode, por lei, aplicar a medida de apoio e orientação sociofamiliar. Nesses casos, a família é encaminhada ao programa que atende todo o núcleo familiar. Após a aplicação da medida pelos Conselhos Tutelares, a equipe técnica do Programa é acionada.

A participação da família não é facultativa, mas o programa realiza um acompanhamento mais próximo da realidade de cada caso e no ambiente privado dos envolvidos.

Aplicada a medida, uma vez cumpridas as ações do programa e na ausência de reincidência, as famílias retornam ao Conselho Tutelar, o que marca o encerramento de um ciclo de trabalho.

Para o Programa de Famílias, este estágio do trabalho significa o início de um acompanhamento mais amplo para a construção de formas de convivência doméstica e comunitária em que a violência seja cada vez menor.

Programa de Liberdade Assistida

Dirigido a jovens de 12 a 18 anos que cometeram atos infracionais e por isso encaminhados pelo juiz da vara de infância e juventude para o cumprimento desta medida socioeducativa, que visa ao acompanhamento do adolescente sem retirá-lo do convívio da comunidade a que pertence. A comunidade é chamada a participar e assistir os jovens através de uma rede de atendimento regionalizada, formada por técnicos da PBH, orientadores sociais voluntários e organizações não-governamentais. Aqui também se privilegia o caso a caso, e a noção de percurso, acompanhamento e vínculo, sendo construída uma ponte entre quem se oferece como referência ética para o adolescente - um membro da comunidade - e técnicos da PBH. Iniciado em abril de 1998, atendeu, até o momento, a 425 adolescentes.

Programa População de Rua

Dirigido a moradores de rua que habitam as vias públicas, praças e baixios de viadutos, conta com uma equipe de abordagem que atua nas regiões da cidade onde se concentram em maior número. A partir dessa relação inicial, busca-se o encaminhamento para a rede de serviços e unidades de atendimento de saúde,

documentação e geração de renda que o município mantém diretamente ou através de convênios. O programa conta ainda com um albergue noturno que oferece atendimento social com pernoite, café da manhã, banho, e com uma república, que funciona em regime de pensão para homens solteiros, com tempo máximo de permanência de seis meses. A Prefeitura vem desenvolvendo, também, um projeto com os moradores que habitam os baixios de viadutos, geralmente famílias, em que são encaminhados para barracões escolhidos por eles e alugados pelo município durante um ano, período em que as famílias são acompanhadas por técnicos do programa. Após um ano, obtendo-se sucesso neste percurso de integração, essas famílias ou núcleos serão incorporadas ao Programa de Assentamento de Moradores de Áreas de Risco - PROAS - desenvolvido pela PBH, destinado a habitantes de áreas de risco ou de intervenções realizadas pela Administração Municipal, podendo construir ou adquirir moradia própria, continuando, ainda, em acompanhamento pelos técnicos da SMDS por mais dois anos.

O principal diferencial desses programas é o aqui chamado acompanhamento realizado pelos técnicos da Prefeitura, que trabalham no sentido de, juntamente com quem vem se integrar a estes, criar condições para que possam se implicar nas circunstâncias que atravessam, ou que atravessam suas vidas, buscando alternativas, também, para o enfrentamento de problemas tais como alcoolismo, drogas, mendicância e outros, ligados à saúde mental, e, então, construir um projeto que permita sua inserção de forma mais digna no mal-estar da cultura.